

CONCEPÇÕES DE POLÍTICAS DE DEFESA E DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA DE 1985 A 2006

Humberto Lourenção*

RESUMO

O presente artigo busca analisar a evolução das políticas de defesa da Amazônia no período entre 1985 e 2006, contrapondo os dois grandes programas de defesa da região desenvolvidos no período: o Programa Calha Norte (PCN), concebido na década de 1980, e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), concebido na década de 1990. Baseados nas experiências dos projetos e ações governamentais anteriores, os programas Calha Norte e SIVAM procuraram contemplar as demandas que emergiram mais acentuadamente no contexto internacional pós-guerra fria: salvaguarda e valorização das diversidades culturais, preservação ambiental, melhoria da qualidade de vida, democratização, participação política e cidadania, desenvolvimento econômico sustentável, foco no investimento educacional etc. Entretanto, dificuldades foram encontradas decorrentes da desarticulação entre ministérios e instituições civis e militares, típica do período.

Palavras-chave: Amazônia. Defesa. Calha Norte. Sistema de Vigilância da Amazônia.

CONCEPTS OF DEFENCE POLICIES AND AMAZON DEVELOPMENT SINCE 1985 TO 2006

ABSTRACT

This paper aims to analyze the evolution of Amazon defense policies between 1985 and 2006, in order to contradict the two major defense programs in the region developed during that period: the Calha Norte Project (PCN), designed in the 1980s, and the Amazon Surveillance System (SIVAM), designed in the 1990s. Based on the experiences of previous projects and government actions, the Calha Norte Project and the Amazon Surveillance System aimed to cover demands that emerged considerably in an international context in the post-Cold War: support and appreciation of cultural diversity, environmental preservation, improve of quality of life, democratisation, political participation and citizenship, sustainable

* Bacharel e Licenciado em Filosofia (PUC-PR) e em Psicologia (UFPR); especialista em Filosofia da Educação (PUC-PR); MBA em Gestão Pública (FAAP); Mestrado em Ciência Política (UNICAMP); Doutorado em Ciências Sociais (UNICAMP); Pós-Doutorado em Psicologia (USP); e Pós-Doutorado em Ciências Militares (ECEME). Professor Associado da Academia da Força Aérea (AFA); Professor do Quadro Permanente do Programa de Mestrado em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea. Pesquisador do Arquivo "Ana Lagôa" de Política Militar (UFSCar). E-mail: lourencao@hotmail.com

development, focus on educational investment, etc. Nevertheless, it was found difficulties because of civil and military Institutions and Ministry disarticulation, according to that time.

Keywords: Amazon. Defense. Calha Norte. SIVAM.

CONCEPTOS DE LA POLÍTICA DE DEFENSA Y DESARROLLO DESDE AMAZON HASTA 1985 A 2006

RESUMEN

En este trabajo se analiza la evolución de las políticas de defensa del Amazonas entre 1985 y 2006, la comparación de los dos grandes programas de defensa en la región se desarrolló durante el período: el Programa Corredor Norte (NCP), diseñado en la década de 1980, y el sistema el Programa Amazon Vigilancia (SIVAM), diseñado en la década de 1990 Sobre la base de las experiencias de proyectos anteriores y las acciones del gobierno, programas Corredor Norte y SIVAM buscó contemplar las demandas que surgieron con más intensidad en el contexto internacional posterior a la Guerra Fría: la protección y la mejora de la diversidad cultural, la protección del medio ambiente, la mejora de la calidad de vida, la democracia, la participación política y la ciudadanía, el desarrollo económico sostenible, se centran en la inversión educativa, etc. Sin embargo, se encontraron dificultades como consecuencia de la desconexión entre los ministerios y las instituciones civiles y militares, típicos de la época.

Palabras clave: Amazon. Defensa. Corredor Norte. Sistema de Vigilancia Amazónica.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo procura analisar a evolução no pensamento estratégico presente nas políticas de defesa adotadas pelo Estado Brasileiro para a Amazônia no período entre 1985 e 2006. Enfatizando as mudanças de enfoque das políticas de defesa voltadas para o espaço amazônico decorridas do aparecimento de novas demandas e ameaças no cenário externo, o artigo objetiva contrastar, primordialmente, os dois grandes programas de defesa da região desenvolvidos no período: o Programa Calha Norte (PCN), concebido na década de 1980, e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), concebido na década de 1990. Levando-se em conta que a Amazônia já vinha sendo assistida militarmente através do Programa Calha Norte, é preciso fundamentar a necessidade estratégica de um outro projeto de defesa como o SIVAM, ressaltando a especificidade, o acréscimo e a originalidade, quando comparado ao Calha Norte.

Nestes escritos, a referência à Amazônia remete à porção brasileira, cerca de 60%, da Amazônia internacional, também denominada “Pan-Amazônia”. A

Amazônia internacional é a região ecologicamente semelhante, de fisionomia florestal biodiversa, situada ao norte do continente sul-americano, que abrange parte do território de nove países tributários da Bacia Amazônica¹: Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa, totalizando sete milhões de quilômetros quadrados. De clima equatorial, de calor intenso e úmido, a Amazônia é o maior bioma do Brasil; compreende um território de quase quatro milhões de km² e constitui a maior floresta equatorial da face da Terra, assentada sobre a enorme planície sedimentar que se estende entre o maciço guiano e o planalto brasileiro, segundo dados fornecidos por Ab'saber, 2007.

Assim, é sobre a defesa dessa região que a presente pesquisa recai, mais precisamente sobre sua fronteira norte e ocidental, pelo fato de que a Amazônia possui 11 mil km de fronteira terrestre, com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, e 1,6 mil km de fronteira marítima, ambas com diminuta presença social e governamental, tanto de civis como de militares. Para melhor compreensão da importância, das vulnerabilidades e dos desafios que a região apresenta quanto ao aspecto da defesa, seguem mais alguns dados relevantes sobre a Amazônia².

Cerca de 20% do território amazônico brasileiro está alterado pela ação antrópica, a maioria constituída por áreas desmatadas. (INPE, 2015). Das terras da Amazônia, 47% ainda são devolutas ou sem titulação definida. As áreas públicas protegidas - nas categorias de Terras Indígenas, Unidades de Uso Sustentável (florestas nacionais, reservas extrativistas), Unidades de Proteção Integral (parques nacionais, reservas e estações biológicas) e Áreas Militares - representam 29% do total. Por sua vez, as terras privadas tituladas somam 24% do território amazônico. (IBGE, 2015). Em termos demográficos, a população amazônica representa cerca de 12% da população nacional. A economia amazônica é baseada na atividade florestal, na agropecuária, na mineração (em especial, ferro e bauxita) e no parque industrial da Zona Franca de Manaus. Seu Produto Interno Bruto (PIB) contribui com apenas 6,5 % do PIB nacional. (IBGE, 2015b).

Além da imensidão espacial, acompanhada das dificuldades de comunicação e transporte, o desafio em defender a Amazônia é incrementado pelo fato de a região apresentar índices relativamente altos de ilícitos, entre eles: o tráfico de drogas e de armas; tráfico aéreo ilícito; a biopirataria, ou seja, o envio ilegal de plantas, ou suas partes, e animais para o exterior com vistas à extração de substâncias que possam levar à criação de cosméticos e remédios e consequente registro de

1 O Rio Amazonas nasce nos Andes peruanos com o nome de Marañon; ao entrada em território brasileiro é denominado Solimões até receber, na região de Manaus, um afluente da margem esquerda, o Rio Negro, onde passa a ter o nome de Amazonas.

2 Uma descrição mais detalhada de toda a Amazônia Legal pode ser encontra em minha tese de doutorado "Forças Armadas e Amazônia (1985 a 2006)", disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/militares-amazonia/txt_Lourencao2.pdf>.

patente; o contrabando de riquezas como minérios, ouro, gemas, madeira nobre, látex, animais silvestres, etc. Soma-se a esse quadro uma precária infraestrutura de fiscalização e repressão estatal, agravada pelo fator corrupção, diante da atuação de garimpeiros clandestinos poluidores fluviais, de madeiras predatórias, de falsos missionários contrabandistas e narcotraficantes.

2 ANTECEDENTES

Durante os governos militares de 1964 a 1985, uma das principais vertentes das políticas de defesa e desenvolvimento do Governo Federal foi integrar a região amazônica ao restante do país, época em que se propalava o *slogan* “integrar para não entregar”. O plano de integração, como estratégia de defesa, pregava a ocupação humana através de programas de colonização e grandes projetos de infraestrutura, principalmente no setor agrícola, de mineração e eletricidade, e das rodovias denominadas “integradoras”, como a Transamazônica, a Belém-Brasília e a Brasília-Acre.

Entre os projetos desse período, podem ser citados: a construção da hidrelétrica de Tucuruí; a descoberta e o desenvolvimento da extração mineral de Carajás, no sul do Pará; a construção da ferrovia Carajás a Ponta da Madeira e do porto na Baía de São Marcos; a construção da Alumar, em São Luís (MA); a construção da Albrás-Alunorte, em Bacarena (PA), para produção de alumínio; a criação da mineradora Rio do Norte, extraíndo bauxita no rio Trombetas; o Projeto Jari; a construção das hidrelétricas de Balbina, no rio Uatumã, e de Samuel, no rio Jamari, etc. A respeito da questão estratégica especificamente, foi implementado o Projeto “Radam” (Radar da Amazônia), que empreendeu o primeiro inventário científico do solo e subsolo da região. Quanto aos projetos agrícolas, no fim da década de 1960, ainda sob a justificativa de que era preciso ocupar a Amazônia para evitar sua internacionalização, os governos militares distribuíram terras e subsídios a fim de atrair pequenos agricultores e pecuaristas do centro-sul do país que se dispusessem a desenvolver suas atividades a partir da derrubada da mata.

Assim, na medida em que inúmeros inventários e levantamentos sobre o potencial de recursos energéticos e minerais da Amazônia eram publicados, esses grandes e impactantes projetos no setor de transporte, mineração e eletricidade foram concebidos e realizados. Em suma, durante o regime militar, a ocupação e vivificação de suas fronteiras, através desses projetos, eram tomadas como estratégia para assegurar a soberania brasileira na região em face da cobiça estrangeira.

Os projetos de infraestrutura supracitados envolveram grande mobilização de recursos, com investimentos públicos e privados de grande escala, e também grandes deslocamentos humanos. Esse esforço governamental contribuiu para a expansão demográfica e da fronteira agrícola, pecuária, mineral e industrial, mas não promoveu efetivamente a desejada ocupação integradora, além de também

estimular tensões sociais na região: disputas por posse de terra e invasões de áreas indígenas. Muitos projetos, como o da rodovia Transamazônica, por exemplo, mostraram-se excessivamente agressivos à natureza e às peculiaridades regionais, caracterizando-se pela improvisação e negligência quanto a consequências ecológicas. Essa situação foi gerada e agravou-se em virtude do atraso de uma política nacional de preservação ecológica e desenvolvimento social que estivesse integrada à política de desenvolvimento econômico então vigente.

Esse panorama provocou vários protestos na comunidade internacional, especialmente a partir dos anos de 1980, com o desenvolvimento da detecção por satélite de desmatamentos e focos de incêndio destruindo a mata virgem. Governos e organizações não governamentais de países desenvolvidos, particularmente do Grupo dos Sete (G7) (Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Japão), acusavam o Brasil e outras nações amazônicas de incompetência e irresponsabilidade ecológica pela destruição do ecossistema e biodiversidade amazônicas, pela queima e desmatamento indiscriminado da floresta, poluição dos rios por mercúrio dos garimpos; por não promover o desenvolvimento da região de forma racional e sustentável; e por não garantir a integridade física dos povos indígenas que habitam a região. (LOURENÇÃO, 2003).

3 NOVOS PARADIGMAS PARA AS POLÍTICAS DE DEFESA E DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Impulsionadas pela pressão da comunidade internacional, a partir de meados da década de 1980, houve algumas modificações no plano do discurso e no das políticas governamentais empreendidas na Amazônia. Primeiramente, em relação ao modelo de fomento ao desenvolvimento e de defesa da Amazônia; se durante o regime militar, a estratégia para a região pregava a ocupação humana através de grandes projetos de infraestrutura, no período posterior, o modelo foi sendo substituído pela valorização da presença do Estado na região (PCN), posteriormente, através do uso de tecnologia de inteligência artificial (SIVAM), substituindo, parcialmente, a presença humana como meio de manter a segurança e a defesa da Amazônia. Outro fator inédito foi a adoção do tema ambiental para justificar os empreendimentos de defesa; o apelo ecológico foi o grande *marketing* do Sivam, sendo o desenvolvimento sustentável, com o significado de gerar riquezas sem destruir o meio ambiente, a palavra de ordem do discurso oficial. (LOURENÇÃO, 2003).

Nessa linha, o Governo Federal passou a trocar grandes empreendimentos do passado – muitos ainda inspirados na Fordlândia, das décadas de 1930 e 1940, tais como o Projeto Jari³, projetos de exportação de madeira, garimpo e pecuária

3 Para a produção de celulose, iniciado em 1967 pelo empresário norte-americano Daniel Ludwig.

extensiva – por novos empreendimentos com suporte na biotecnologia, inteligência artificial, no cooperativismo, ecoturismo e no conhecimento estratégico da região. Por exemplo, todos os dezessete projetos do Programa de Ações Estratégicas 1998/1999 da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)⁴ contemplavam macroplanejamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de desenvolvimento regional, social, científico e tecnológico, reorientação da base produtiva, além de modernização administrativa e organização da própria Sudam. Esses projetos envolviam recursos orçamentários oriundos dos acordos de cooperação internacional celebrados com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). (BCDAM, 2005).

Outro exemplo dessa reorientação encontra-se no modelo de desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (ZFM) que, durante esse período, através de incentivos fiscais e extrafiscais, alavancou um processo de desenvolvimento econômico da Amazônia Ocidental⁵ assentado em novas bases. Mediante identificação de oportunidades, atração de investimentos e formação de parcerias, tinha-se como objetivos a autossustentabilidade dos empreendimentos, a geração de empregos e renda e a melhor distribuição de riquezas. Com isto, a Sufrema proporcionou um acentuado crescimento do setor industrial – em 1990, atingiu um faturamento de US\$ 8,4 bilhões, gerando 80 mil empregos diretos; em 1996, o faturamento foi de US\$ 13,2 bilhões – caracterizado pelo acesso a modernas tecnologias, substituição de importações e desenvolvimento de uma indústria nacional de componentes e outros insumos (BCDAM, 2005).

Um terceiro exemplo dessa nova mentalidade que ganhou espaço no discurso público e na ação governamental pode ser observado no pronunciamento do então ministro brasileiro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da V Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos países-membros do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA)⁶, realizada em Lima, capital do Peru, em dezembro de 1995. Em seu discurso, o ministro afirmou que o conceito de desenvolvimento sustentável, aliado à consciência sobre a riqueza do patrimônio ambiental amazônico, particularmente, de sua biodiversidade, teria fortalecido nos países-membros o “sentimento” de que a Amazônia tem uma importância central em seus projetos de desenvolvimento econômico e social e de que seria possível o

4 A Sudam foi extinta em 02/05/2001, pela Medida Provisória 2.145, sendo criada, em seu lugar, a Agência de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia.

5 A Amazônia Ocidental, de acordo com o Decreto-Lei 291, de 18 de fevereiro de 1967, abrange os seguintes estados: Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

6 O TCA foi firmado em Brasília, em 3 de julho de 1978, teoricamente como um instrumento multilateral para promover a cooperação entre os países amazônicos – Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela – em favor do desenvolvimento da região.

desenvolvimento da região em harmonia com a utilização racional e sustentável dos seus recursos naturais em benefício das suas populações.

3.1 O PROGRAMA CALHA NORTE

O “Programa de desenvolvimento e segurança na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas” ou, abreviadamente, Programa Calha Norte (PCN) foi iniciado em 1985, a partir da aprovação da Exposição de Motivos nº 018/85, encaminhada pelo general Rubens Denys, secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, ao presidente José Sarney. Essa Exposição de Motivos trazia uma análise das características geográficas e dos aspectos ambientais, psicossociais, demográficos e militares, alertava para a necessidade de o Estado estabelecer medidas destinadas a enfrentar as carências mais importantes da área, em particular as de caráter socioeconômico, e assegurar a soberania e a integridade territorial naquela região. (BRASIL, 1985). A região ao norte (margem esquerda) da calha dos rios Amazonas e Solimões abrange a totalidade dos estados do Amapá e Roraima e parte dos estados do Amazonas e Pará. Atravessada pela linha do Equador na sua parte central, essa região totaliza uma área de mais de um 1.200.000 km², correspondente a 1/3 da Região Norte e cerca de 14% do território brasileiro, junto à faixa de fronteira setentrional e ocidental com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname. (BRASIL, 1993).

A referida Exposição de Motivos mostrava que algumas peculiaridades da região agravavam sua vulnerabilidade político-estratégica: área de mais de 1,2 milhões de km² contrastada com uma população de apenas 2,3 milhões de habitantes, concentrados, em sua maioria, nas cidades de Manaus (AM), Boa Vista (RR) e Macapá (AP), correspondente a apenas 1,5% da população brasileira; presença de índios, em diversos graus de aculturação, representando 0,04% da população nacional e 22,7% de toda a população indígena do país; falta de integração ao território nacional, com reduzida presença de brasileiros, ainda mais crítica ao longo das áreas próximas aos mais de seis mil km de extensão da linha de fronteira; acentuada carência de recursos sociais básicos, especialmente na área da saúde, à exceção dos grandes centros de Manaus (AM), Boa Vista (RR) e Macapá (AP); incipientes vias de comunicações e transportes terrestres, a maioria dependente das condições climáticas; solos sujeitos a erosão e a rápida perda de nutrientes, dependentes da cobertura vegetal, sendo os solos férteis, em geral, restritos às orlas ribeirinhas; subsolo extremamente rico em recursos minerais; utilização predatória de recursos naturais, com degradação do solo, flora e fauna em alguns pontos da região; existência de narcotráfico, sendo que a plantação, colheita, refino e comercialização de epadu (coca) movimentam recursos financeiros capazes de neutralizar a presença do poder público da região; ocorrência de contrabando e descaminho de recursos minerais diversos; desordenada atividade de garimpagem, o

que acarreta danos ao meio ambiente, com graves deficiências sociais e trabalhistas; por fim, problemas decorrentes de conflitos que envolvem, especialmente, índios, posseiros, garimpeiros e empresas de mineração. (SG/CSN, 1985).

A Exposição de Motivos, antecipando a montagem do PCN, considerou que um planejamento abrangente de médio e longo prazos, diferentemente de esforços isolados, poderia direcionar a atuação do governo e da iniciativa privada, no sentido de promover o desenvolvimento sustentável da região, de modo adequado aos interesses nacionais quanto à preservação da soberania. Além disso, o documento apontava que a integração dessa região geoeconômica ao resto do país contribuiria para o incremento do relacionamento com os vizinhos, por meio de canais de cooperação técnica, econômica, comercial e cultural, podendo esperar-se, como decorrência desse incremento quantitativo e qualitativo nas relações, que o Brasil despontasse como parceiro confiável e cooperativo para o desenvolvimento recíproco, complementando o papel do TCA (SG/CSN, 1985).

Em face dessas premissas, o estudo listou o que considerou como necessidades fundamentais e imediatas: intensificação das relações bilaterais com países vizinhos, com destaque para as trocas comerciais; aumento da presença brasileira na área, com base na ação pioneira das Forças Armadas; proteção e assistência às populações indígenas da região; intensificação das campanhas demarcatórias de fronteira; ampliação da infraestrutura viária; aceleração da produção de energia local; estímulo à interiorização de polos de desenvolvimento, com base na identificação da vocação socioeconômica da região; ampliação da oferta de recursos sociais básicos; e incremento da colonização, baseada nas populações da própria região e na assistência dos órgãos federais e estaduais responsáveis pela condução da política agrícola do país. (SG/CSN, 1985).

Considerando a amplitude e complexidade das tarefas a serem empreendidas, bem como a impossibilidade de obtenção, a curto e médio prazos, de recursos financeiros que permitissem concretizar aquelas tarefas, o governo definiu duas concepções estratégicas de ação: implementação de “projetos especiais”, denominados em seu conjunto de Programa Calha Norte, com participação coordenada de órgãos federais e estaduais, no atendimento de necessidades fundamentais e imediatas da região; e projetos subsequentes, compatíveis com as diretrizes gerais do Plano de Desenvolvimento da Amazônia e com as recomendações contidas no capítulo Desenvolvimento Regional do I Plano Nacional de Desenvolvimento, relativo ao período compreendido entre 1986 e 1989. (SAE/PR, 1993).

A implementação dos projetos especiais foi iniciada em 1986, com previsão de conclusão para o ano de 1991, o que não ocorreu, em virtude das dificuldades econômicas do país. A designação dos diversos órgãos federais e estaduais para áreas selecionadas da faixa de fronteira procurou atentar para a aptidão e localização física de cada órgão. Assim, por exemplo, a Fundação Nacional do Índio

(FUNAI) incumbiu-se de concentrar seus esforços na região habitada pelos índios ianomâmis. Por seu turno, ao norte e leste de Roraima, assim como em Tabatinga (AM), a prioridade recaiu sobre as medidas de revisão dos protocolos de comércio fronteiriço. Nesse contexto, a presença militar serviria de base logística para apoio aos demais órgãos federais e estaduais, particularmente nos setores da educação, saúde, transporte e telecomunicações. (SAE/PR, 1993).

Entre os projetos especiais previstos e desenvolvidos, estavam os seguintes: Projeto especial para incremento das relações bilaterais com países vizinhos, pela ação do Ministério das Relações Exteriores (MRE), através da instalação de postos diplomáticos na fronteira; Projeto especial para aumento da presença militar na faixa de fronteira, cabendo à Marinha intensificar as atividades relativas à segurança da navegação e o controle e patrulhamento de embarcações, ao Exército, a ocupação física e vigilância de pontos sensíveis da fronteira e suas vias de acesso⁷, e à Força Aérea, a manutenção de uma infraestrutura aeronáutica capaz de apoiar a ação das outras armas; Projeto especial para incremento das ações da FUNAI na faixa de fronteira, através do fortalecimento de sua estrutura operacional (construção e reforma de postos indígenas, instalação de postos de vigilância, implantação e melhorias de aeródromos, aquisição de viaturas e equipamento de radiocomunicação), necessária à condução da política indigenista, com prioridade para a demarcação de áreas nas comunidades indígenas em estágio inicial de contato, como a ianomâmi; Projeto Especial para recuperação dos marcos limítrofes – tarefa que constitui um prolongamento do trabalho diplomático, realizada em bases bilaterais, por comissões mistas – dotando as equipes brasileiras de demarcação de limites de equipamentos e recursos e possibilitando a manutenção das sedes e subsedes das Comissões Demarcadoras⁸; Projeto Especial para ampliação da infraestrutura viária, implementado a partir de 1987; e Projeto Especial para ampliação da oferta de recursos sociais básicos – decorrente da regulamentação do inciso 1, do Art. 17, do Estatuto do Índio – com implantação e desenvolvimento nas áreas de saúde, educação e abastecimento de alimentos, nos municípios da faixa de fronteira norte. (BRASIL, 1993, 1998).

7 Para que o Exército se fizesse presente na faixa de fronteira, foi necessária uma reestruturação da força: organização do Comando de Fronteiras do Rio Negro, com a criação do 5º Batalhão Especial de Fronteira (São Gabriel da Cachoeira - AM); reorganização do Comando de Fronteira de Roraima; organização e articulação dos Comandos de Fronteira do Solimões e do Amapá, equipando-os adequadamente; e criação de um Pelotão Especial de Fronteira em Tiriós, no Pará. (EB, 1998).

8 No que diz respeito à fronteira setentrional do Brasil, a incumbência de zelar pelos limites definidos em atos internacionais é da Primeira Comissão Demarcadora de Limites, com sede em Belém. Essa unidade funcional, vinculada ao Itamaraty, é responsável pela inspeção unilateral das fronteiras, bem como pelas campanhas bilaterais de inspeção, caracterização e reconstrução de marcos fronteiriços.

Em suma, o Programa Calha Norte objetivava fortalecer a presença do Estado, incluindo a das Forças Armadas, numa região bastante extensa, uma das mais despovoadas do planeta, em torno de um habitante por km², com população constituída significativamente por indígenas. Além desse fato, uma região muito afastada dos principais centros de desenvolvimento e da capital do país, que conta com apenas um grande polo de desenvolvimento sócio-político-econômico, localizado em Manaus (AM), e outros dois menores, em Macapá (AP) e Boa Vista (RR). De acordo com a percepção governamental, essa região constituía um desafio e preocupações constantes quanto a sua efetiva integração ao contexto nacional, devido, entre outros fatores, aos aspectos geopolíticos, sobretudo às dificuldades impostas pelo meio ambiente, particularmente, ao afastamento acentuado pelo obstáculo natural das calhas dos rios Solimões e Amazonas, o que limita o acesso terrestre. (SAE/PR, 1998).

Diante dessa vulnerabilidade geopolítica, o Calha Norte previa a instalação de pequenas unidades militares, principalmente em áreas de fronteira, que, além de dificultar a prática de ilícitos, contribuísse com o aumento da densidade populacional, através do estabelecimento de vilas, povoados e cidades, como historicamente tende a ocorrer, para fortalecer o sistema de defesa e de proteção da região. Nessa linha de raciocínio, com o objetivo primordialmente de garantir a soberania e a integridade territorial da região, pela presença terrestre, aérea e naval, o PCN também buscava enfrentar as carências socioeconômicas sofridas pelas populações locais, visando à colonização e ao desenvolvimento dessa área e sua consequente integração ao restante do Brasil, através da implantação, manutenção e desenvolvimento de infraestrutura básica, como escolas, hospitais, estradas, energia, etc. (SAE/PR, 1998).

No entanto, apesar de em sua concepção original prever a ação dos vários ministérios não militares, provendo a região com infraestrutura de ensino, saúde, moradia, transporte, etc, o Calha Norte ficou estigmatizado como um projeto militar e de militarização da Amazônia. Na prática, o Programa ficou limitado à criação de pelotões de fronteira, com pequenos efetivos, nas proximidades dos quartéis já existentes ou dos campos de pouso da Força Aérea ou dentro do alcance dos navios da Marinha, em razão do apoio logístico; os ministérios civis tiveram pouca inserção no programa. Pela análise da alocação de recursos destinados aos órgãos executores do PCN, constata-se que 79% das verbas serviram a objetivos militares: 46% das verbas foram dirigidas ao Ministério do Exército, para a ampliação e melhoria dos quartéis, aquisições de armamentos e embarcações; 22% das verbas foram destinadas ao Ministério da Marinha, para construção de navios-patrolha, de uma base naval no Pará e da estação naval do Rio Negro; 10,5% ficaram com o Ministério da Aeronáutica, para manutenção, melhoria, construção e ampliação de aeroportos e pistas de pouso. (BRIGAGÃO, 1996).

Na fase em que o orçamento do Programa convergiu acentuadamente para finalidades militares, o Calha Norte, devido ao seu caráter confidencial, foi basicamente ignorado e pouco debatido no meio político e ministerial. Mais recentemente, procurando extirpar o estigma de projeto militar, o PCN, em processo de renovação conceitual, passou a concentrar-se na luta contra o tráfico de drogas, com a implantação de postos da Polícia Federal, e no incremento da assistência e proteção às comunidades indígenas, contribuindo com a demarcação de suas terras.

Quando, a partir de junho de 1994, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República SAE/PR finalmente assumiu todas as tarefas pertinentes ao Projeto⁹, houve a ênfase nos temas concernentes à ecologia e aos valores culturais, secundários na formulação original do Calha Norte. Nessa época, as premissas definidas para regular o planejamento das ações de governo na Amazônia preconizavam que a utilização de recursos naturais deveria obedecer simultaneamente a três requisitos essenciais: que seu uso fosse “economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável”. O mesmo documento atentava para a importância de reconhecer e valorizar as características e as peculiaridades da sociedade e da cultura amazônicas, como elementos decorrentes das condições ecológicas, antropológicas e históricas. Passou-se a destacar, no Calha Norte, a ação coordenada das diversas esferas governamentais para proporcionar “o desejado equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente” (SAE/PR, 1998, p. 19).

As concepções de ação coordenada e desenvolvimento sustentável – que seriam, mais tarde, pautas primordiais da formulação do Projeto SIVAM – traduzem a nova mentalidade que foi sendo impressa no Calha Norte, após aproximadamente dez anos de seu início, notadamente após inserção na SAE/PR. Formulou-se que o objetivo primordial de garantir a soberania e a integridade territorial da região seria alcançado não só pela vigilância terrestre, aérea e naval, mas seria igualmente necessário enfrentar as carências socioeconômicas sofridas pelas populações locais, visando à colonização e ao desenvolvimento da região e sua consequente integração ao restante do Brasil, incluindo a implantação dos itens de infraestrutura básica, como escolas, hospitais, estradas, energia, etc.; por fim, citava-se a importância de valorizar a sociedade e as culturas locais. Exemplos de como esses novos temas aumentaram seu espaço na agenda governamental para a Amazônia podem ser encontrados nas definições da SAE/PR para o Programa. A respeito do planejamento estratégico, consta que precisaria ter sempre em vista: “elevar o nível e a qualidade de vida da população por intermédio da expansão do emprego

9 A rigor, já a partir de 1990, o Calha Norte começou a estar sob a responsabilidade da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR), através da Subsecretaria de Programas e Projetos Estratégicos.

produtivo, do acesso aos bens e serviços produtivos e das formas de participação social". (SAE/PR, 1998, p. 24). Em outro excerto, apregoam-se as seguintes diretrizes gerais para guiar as ações de governo, a política de ocupação da Amazônia e o uso de recursos naturais: disciplinar as atividades econômicas e estabelecer um ordenamento territorial que "compatibilize os objetivos socioeconômicos com os aspectos ambientais"; intensificar o desenvolvimento da ciência e tecnologia, estabelecendo "ampla coordenação de todos os órgãos e segmentos de pesquisa em desenvolvimento na Amazônia", de forma a atrelar efetivamente a pesquisa à ação planejadora, baseando o processo de ocupação regional em conhecimentos sobre a região; valorizar a cultura das sociedades indígenas, com o propósito de integrá-las progressivamente "à comunhão nacional", estendendo-lhes "a proteção das leis pátrias em igualdade de condições" com os demais brasileiros, preservando, delimitando e demarcando suas terras. (SAE/PR, 1998, p. 26).

Sob a liderança da SAE/PR, na década de 1990, foram criados novos Batalhões Especiais de Fronteira e Batalhões de Infantaria na Selva. Em 1991, a primeira Brigada de Infantaria Motorizada de Petrópolis foi transferida para Boa Vista (RR), denominada Primeira Brigada de Infantaria da Selva. Em 1993, a 16ª Brigada de Infantaria Motorizada de Santo Ângelo (RS) foi transferida para Tefé (AM), denominada 16ª Brigada de Infantaria da Selva. Entre os anos de 1998 e 2002, concentradamente nos últimos 18 meses desse período, o número de soldados na longa linha de fronteira com os sete países da região cresceu de 3,3 mil para 23,1 mil e, a partir de 2000, os quartéis dos novos pelotões de fronteira em Uiramutã, Tiriós, Pará-Cachoeira e Maturacá foram sendo construídos ou terminados. A Marinha também mobilizou forças para a Amazônia: em 1994, transformou a Flotilha do Amazonas em Comando Naval da Amazônia Ocidental; e, em 2002, iniciou a mudança do Grupamento de Fuzileiros Navais em Batalhão de Operações Ribeirinhas.

No primeiro governo do presidente Lula (2002-2006), através da Exposição de Motivos nº 616, de 19 de janeiro de 2003, o PCN teve sua área de abrangência aumentada, estendendo-se aos estados do Acre e Rondônia. Com essa ampliação, o PCN passou a cobrir uma área de mais de dois milhões de quilômetros quadrados, atingindo 151 municípios, dos quais 95 se encontram em área de fronteira. Em termos de arquitetura organizacional, atualmente o PCN está subordinado ao Ministério da Defesa.

3.2 O SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - SIVAM

Enquanto o Programa Calha Norte priorizava, inicialmente, a ocupação humana na fronteira norte, o Projeto SIVAM, em cumprimento a uma nova estratégia, enfatiza a informação precisa como base para a ação e o incremento desta através da ação coordenada de órgãos atuantes na Amazônia. Outra inovação

diz respeito aos argumentos que contribuem para justificar os empreendimentos de defesa; o SIVAM utilizou largamente o tema ambiental, no qual o desenvolvimento sustentado era a expressão repetida à exaustão no discurso governamental para fazer aprovar o projeto de defesa.

O SIVAM é a infraestrutura técnica e operacional de um programa governamental multiministerial, o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), cujos objetivos são a defesa e a garantia da soberania brasileira na Amazônia Legal, com prioridade para a sistematização e incremento das ações governamentais na região. Formado por um conjunto de recursos que compõe um sistema de aquisição e processamento de dados, o qual constitui uma rede integrada de telecomunicações e controle sobre todo o espaço aéreo e terrestre da Amazônia Legal, o SIVAM procura gerar informações destinadas aos órgãos governamentais que atuam na região¹⁰.

Concebido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), em conjunto com os Ministérios da Justiça e da Aeronáutica, o SIPAM-SIVAM foi preliminarmente apresentado ao Presidente da República Collor de Mello em setembro de 1990 e inaugurado em agosto de 2002. A Exposição de Motivos original, em que identifica os problemas existentes na Amazônia Legal, particularmente a ocorrência de ações ilegais com expectativa de seu incremento, fazia referência à necessidade de estabelecer uma vigilância sistematizada na região, com o acréscimo da segurança do tráfego aéreo; e de construir um sistema eficiente de produção e processamento de informações qualificadas sobre e para a região amazônica, com a função de subsidiar ações governamentais coordenadas. Esses sistemas de informações e de vigilância propiciariam um conjunto integrado de políticas regionais e de defesa para a Amazônia que, enquanto combatesse os ilícitos (contrabando, tráfico de drogas, destruição ambiental) favorecesse também a preservação racional e o desenvolvimento sustentado da região e da população local. (SAE/PR, 1998).

Em sua concepção, o SIVAM possibilita que a defesa da Amazônia seja viabilizada por equipamentos tecnológicos, em substituição, parcialmente, da presença humana como meio de manter a segurança e subsidiar o desenvolvimento da região. Seu sistema de inteligência artificial é capaz de disponibilizar conhecimentos aplicáveis à análise de situações, à tomada de decisões e ao planejamento de ações estratégicas e/ou emergenciais. Com ênfase na ação inteligente baseada em informações críticas e precisas, o SIVAM objetiva melhorar a utilização de recursos, pela ação coordenada e integrada de órgãos atuantes na Amazônia. Isso porque a falta de ferramentas capazes de estabelecer um bom nível de comunicação e coordenação entre os representantes dos órgãos governamentais e de gerar e

¹⁰ Uma descrição pormenorizada sobre o processo governamental de institucionalização do SIVAM, bem como sobre sua infraestrutura operacional pode ser encontrada em LOURENÇÃO, 2003.

processar informações úteis, integradas e adequadas sobre as potencialidades e limitações da Amazônia seria, entre outros, fator determinante da recorrente ineficácia governamental na região. Por exemplo, o conhecimento a respeito da sensibilidade do ecossistema amazônico poderia nortear políticas agrícolas e de colonização para a região. (SAE/PR, 1998).

Com a implantação do SIVAM, o Estado brasileiro logrou aumentar sua credibilidade junto à opinião pública mundial de que quer e é capaz de estimular a exploração socioeconômica da região amazônica enquanto contém a devastação ecológica. Assim, o SIVAM e as políticas resultantes do aproveitamento de seus produtos têm um papel importante na soberania da Amazônia, não para impedir uma invasão, improvável, desse território por uma superpotência, mas, antes disso, para combater os motivos que podem ser usados como pretextos de ingerências externas. Assim, o SIVAM, ao promover a integração e o desenvolvimento da Amazônia, funciona como um fator dissuasório na medida em que estabelece o controle do espaço superficial e aéreo, monitorando a exploração econômica, combatendo os ilícitos e outras ameaças.

4 ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE DEFESA DA AMAZÔNIA

Antes dos anos 1980, a Argentina constituía a mais provável hipótese de guerra externa para os militares brasileiros, principalmente se conseguisse comandar uma coalizão com o Uruguai e o Paraguai, “ocupando o pequeno espaço que restava nas preocupações castrenses centradas na guerra revolucionária interna”, contra o inimigo comunista. (MARTINS FILHO; ZIRKER, 2001, p. 256). Entretanto, com a melhoria das relações Brasil-Argentina, principalmente a partir da resolução das divergências a respeito da construção da barragem de Itaipu iniciada em 1975, ao longo do governo Figueiredo (1979-1985), o sul do país passou a um plano secundário no rol das preocupações estratégicas¹¹, agora mais voltadas à região amazônica.

As políticas de defesa da Amazônia, a partir da década de 1980, refletem a importância estratégica da região e priorizam a presença do Estado em seu papel civilizador. Também manifestam a consciência de que a defesa da Amazônia, além de contar com meios militares dissuasórios, obtém maior efetividade ao potencializar e integrar as políticas públicas na região do que simplesmente ao povoar e aumentar as fronteiras agrícolas e industriais. Em face da percepção de ameaças, tais políticas

11 O processo de superação das desconfianças mútuas entre Brasil e Argentina prosseguiu intensamente ao longo dos anos 1980, com a assinatura de vários acordos de cooperação, a saber: Declaração Conjunta sobre Energia Nuclear, firmada em 1985; simpósios envolvendo os Estados-Maiores das Forças Armadas dos dois países, em Buenos Aires (1987) e São Paulo (1988); o Sistema Comum de Contabilidade e Controle, estabelecido em 1990; e a realização sistemática de exercícios militares conjuntos, em ambos os lados da fronteira. (MIYAMOTO, 2004).

buscaram contemplar: a assistência às populações locais, principalmente indígenas, como garantia das condições de sobrevivência, estímulo à cidadania e à salvaguarda e valorização das diversidades culturais que habitam o espaço amazônico; o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável e racional, por um lado, combatendo a destruição ecológica (poluição, desmatamento, queimadas ilegais, etc.), por outro, explorando e ao mesmo tempo protegendo as reservas florestais, os recursos hídricos e a biodiversidade; e repressão ao contrabando e o tráfico de drogas.

Particularmente, o Projeto SIVAM evidenciou a percepção segundo a qual, sem essa ocupação racional, publicamente orientada, o caminho da devastação seria uma tendência natural, além de manter o tão pernicioso atraso social e o isolamento da região. Um panorama de devastação ambiental e/ou de degradação das condições de vida de indígenas, mesmo que em nome do aumento do PIB nacional, poderia ensejar toda sorte de pressão internacional e de interferências sobre o assunto, aumentando as possibilidades de se construir internacionalmente uma falsa legitimidade para uma ingerência externa. Sobre isto, Oliveira (1994) nota que mesmo o PCN não esteve exatamente em função da perspectiva geopolítica de manter a segurança e a soberania nacional frente a uma possível intervenção militar estrangeira no território amazônico, possibilitando sua consequente internacionalização, não obstante se tratar de um território suscetível ao trânsito de movimentos armados de países vizinhos e ao tráfico de drogas. A preocupação central concernia, inicialmente, às alegadas pretensões de setores da Igreja de erigirem um Estado indígena desvinculado da Federação brasileira, na fronteira com a Venezuela. Em concordância com a ideia, segundo (Miyamoto, 2002), o PCN tinha preocupações com a internacionalização da região a partir da criação de um território autônomo ianomâmi.

De fato, as críticas, internas e externas, de governos e sociedades, quanto à destruição de recursos naturais que advieram na esteira dos megaprojetos de ocupação da Amazônia típicos da década de 1960, foram intensas e crescentes nas décadas subsequentes, particularmente a partir dos anos 1980. Somavam-se também as críticas relativas aos descuidos dos povos indígenas, particularmente os ianomâmis, que pressionaram o governo federal a estabelecer extensas reservas de proteção ao ambiente e ao índio, para descontentamento das Forças Armadas nacionais. Toda a celeuma em torno desses assuntos contribuiu enormemente para o aumento da importância estratégica da Amazônia, principalmente na percepção governamental.

Dessa forma, baseados nas experiências dos projetos e ações governamentais anteriores, os programas Calha Norte e SIVAM procuraram contemplar, direta e/ou indiretamente, as demandas que emergiram mais acentuadamente no contexto internacional pós-guerra fria: salvaguarda e valorização das diversidades culturais, preservação ambiental, melhoria da qualidade de vida, democratização,

participação política e cidadania, desenvolvimento econômico sustentável, foco no investimento educacional, etc. Entretanto, comparado ao Calha Norte, o SIVAM tende a pôr em prática de forma mais eficaz aquilo que está presente no discurso de ambos os programas, a saber: que a defesa da Amazônia não deve ser implementada exclusivamente sobre fatores militares, ao contrário, recomenda-se que seja de natureza multiministerial, tendo em vista a otimização de recursos públicos; que é preciso estar sensível aos apelos ecológicos, humanitários e sociais surgidos mais recentemente no discurso global, procurando efetivar a ocupação do espaço amazônico baseada em paradigmas que rompem tanto com o padrão de desenvolvimento industrial, historicamente adotado, como com o ecologismo primitivo e estritamente preservacionista. (LOURENÇÃO, 2003).

Tanto o Calha Norte como o SIVAM parecem repetir alguns procedimentos comuns quando o assunto é Amazônia e quando há exigência de manutenção da autonomia militar no controle de projetos de interesse das Forças Armadas, especialmente quando a autopercepção aponta que os militares constituem os autênticos guardiães dos interesses nacionais na Amazônia. Neste sentido, uma das características do PCN, que se observou também em relação ao Projeto SIVAM, foi sua condição de assunto sigiloso, elaborado por um grupo reduzido e sem o conhecimento e participação de outros integrantes dos Poderes Públicos, tampouco da sociedade civil. No caso do PCN, por exemplo, o Congresso Nacional não foi chamado para opinar a respeito da elaboração do programa, nem era informado da matéria, que só lhe chegou ao conhecimento oficialmente em outubro de 1987, quase dois anos após a aprovação da EM-018/85, o mesmo que ocorreu com a opinião pública.

Outra característica que se observa tanto no PCN como no SIPAM/SIVAM é que ambos não possuem uma estrutura rígida, nem instituem um grupo ou unidade que atue de modo permanente na sua elaboração ou execução. Os dois programas trataram de formular um conjunto de orientações e metas com as quais todas as iniciativas governamentais voltadas para a região amazônica deveriam se compatibilizar progressivamente. Em contraste com o modelo de outras intervenções governamentais, como, por exemplo, o da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, particularmente o PCN nunca teve um foro definido para as tomadas de decisão e não existiu agente claramente responsabilizado que fosse um possível interlocutor para as forças sociais afetadas por suas intenções e decisões. Quem decide, em última instância, é o Presidente da República, através da Casa Civil, com todo o peso de sua autoridade, de maneira direta e centralizada, chancelando todas as medidas a serem executadas. Em relação ao SIVAM, concebido para subsidiar uma atuação governamental integrada, os comandos militares seriam usuários do sistema no mesmo patamar dos outros ministérios da estrutura governamental, entre os quais os ministérios da Justiça, Saúde, Transporte, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente. Entretanto, uma concepção integrada não se garante por si, pois

sua efetivação envolve não só os aspectos administrativos presentes na articulação entre civis e militares, mas também, mais acentuadamente, os aspectos políticos, o que, conforme a especificidade da história recente do país, constitui um desafio muito especial.

Por fim, uma terceira característica comum dos projetos Calha Norte e SIVAM reside no fato de ambos serem projetos de impacto, isto é, concentram a maioria dos seus investimentos em uma fase inicial, sendo que, posteriormente, há uma grande redução prevista de gastos, que ficam no patamar de simples manutenção. Por exemplo, nos dois primeiros anos de existência, o Calha Norte aplicou 75,3% do seu montante total de verba no cumprimento das obras básicas de infraestrutura (construção e ampliação de quartéis, aeroportos e bases navais), promoveu o reequipamento das instalações militares e a aquisição de barcos para transporte. A partir de 1988, os investimentos declinaram fortemente, ao ponto de em 1991 atingirem o percentual de aporte de recursos de 3,5% do previsto, permanecendo neste patamar pelos anos seguintes, ou seja, não sendo suficientes sequer para manter as unidades e equipamentos inicialmente instalados, o que acarretou seu inevitável sucateamento. Igualmente, em relação ao SIVAM, a existência de recursos financeiros que garantissem a implantação de todo o sistema – cobrindo desde o levantamento em campo até a garantia de dois anos de todos os sistemas, incluindo obras civis, transporte, seguros, gerenciamento, instalação, treinamento, testes e operação assistida – foi a principal característica de sua estrutura de financiamento.

No histórico das políticas públicas executadas na Amazônia, verificou-se uma acentuada desarticulação entre ministérios e instituições civis e militares. No regime militar pós-1964, a autopercepção das Forças Armadas enquanto genuínas, senão exclusivas guardiãs dos interesses nacionais, em manifesta desconfiança e ausência de diálogo com os múltiplos atores organizados da região (ecologistas, indigenistas, cientistas, etc.), contribuiu para o fracasso de políticas de defesa voltadas para a Amazônia, exemplificadas, soberbamente, pelos projetos colonizadores desarticulados com a natureza e as tradições locais. Posteriormente, a precariedade nas relações civis-militares, agravada pela apatia civil com o tema da defesa da Amazônia, continuou a se fazer presente mesmo no caso SIVAM, que, na condição de assunto sigiloso, foi elaborado por um grupo reduzido de pessoas, basicamente composto pelos militares que serviam, à época de sua formulação, na (SAE-PR), sem o conhecimento e participação de outros integrantes dos Poderes Públicos, tampouco da sociedade civil; o projeto que chegou pronto ao Congresso Nacional, vindo da (SAE/PR), para que, apenas, fosse dado o aval aos pedidos de contratação de empréstimos; uma vez no Congresso, o SIVAM não foi discutido nos seus postulados, nem em relação à sua pertinência com os objetivos estratégicos nacionais, mas tão somente houve uma

"queda de braço" com o governo, quanto a averiguar as suspeitas de corrupção¹². (LOURENÇÃO, 2003).

Atualmente, com a experiência histórica das políticas públicas e de defesa para a Amazônia e suas avaliações, há ênfase na tese de que a questão da defesa da Amazônia não deve ser tratada como assunto exclusivo das Forças Armadas. Nesse enfoque, para garantir a defesa da Amazônia, é preciso, além da presença militar, que se viabilizem políticas públicas mais sensíveis às especificidades da região, que façam convergir o crescimento econômico, o desenvolvimento social, a preservação ambiental e a defesa. Com a adoção desse viés, o país consegue demonstrar claramente sua competência e responsabilidade para com o desenvolvimento da Amazônia e seu delicado ecossistema, calando as críticas, principalmente da comunidade internacional, sem se render ao preservacionismo absoluto, tal como proposto por certas facções do ambientalismo radical. Nesse rumo, a Amazônia passaria, cada vez mais, a receber, direta e indiretamente, os benefícios socioeconômicos típicos da ação planejada e racional do Estado.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz N. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

A AMAZÔNIA brasileira. Brasília: Abaré, 2005.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando do Exército. Comando Militar da Amazônia. *O Exército e a Amazônia*. Manaus, 1998.

_____. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos. *Calha Norte: a fronteira do futuro*. Publicação oficial. Brasília: 1993.

_____. *Programa Calha Norte*. Brasília: Subsecretaria de programas e projetos, mimeo, 1998.

_____. *SIVAM - Sistema de Vigilância da Amazônia*. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/cisipam/>>. Acesso em: 3 jan. 1999.

_____. Presidência da República. Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. *Segurança e desenvolvimento na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas: Projeto Calha Norte*. Brasília: SG/CSN, mimeo, 1985.

12 Para analisar o processo de deliberação governamental do SIVAM com mais profundidade, cf: Lourenção, 2003.

BRIGAGÃO, Clóvis. *Inteligência e marketing: o caso SIVAM*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

IBGE. *Estrutura agrária da Amazônia*. 2015. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/integrado_zee_amazonia_legal/amazonia_estrutura_agraria.pdf>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. *Tipologia da ocupação*. 2015b. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/integrado_zee_amazonia_legal/amazonia_tipologia_da_ocupacao.pdf>. Acesso em: 10 maio 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (Brasil). *Monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite*. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/index.html>. Acesso em: 10 maio 2015.

LOURENÇÃO, Humberto J. *A defesa nacional e a Amazônia: o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)*. 2003. Dissertação de Mestrado em Ciência Política) IFCH; UNICAMP, Campinas, 2003. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls0002989132003>. Acesso em: 10 maio 2015.

MARTINS FILHO, João R.; ZIRKER, Daniel. Forças Armadas, soberania nacional e defesa da Amazônia. *Estudos de História*, Franca, SP, v. 8, n. 1, 2001.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica do Brasil: algumas considerações*. Campinas, SP: Primeira Versão, 2002.

_____. A política brasileira de defesa e segurança: algumas considerações. In: PINTO, J. R. A; ROCHA, A. J. R.; SILVA, R. D. P. (Org.) *O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança*. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. v. 2, p. 179-198.

OLIVEIRA, Eliézer R. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas (SP): Papyrus, 1994.